

9 Conclusão

Este estudo focalizou a aquisição de *pessoa* como traço formal no Português Brasileiro (PB) com o objetivo de caracterizar a manifestação de *pessoa* no curso normal do desenvolvimento lingüístico e identificar dificuldades que o processamento da informação relativa a *pessoa* pode apresentar para crianças de 3 e 5 anos sem queixas de linguagem e por crianças com comprometimentos específicos da linguagem, falantes do Português do Brasil - PB. Assim sendo, fizemos uso de dados da fala espontânea de duas crianças, coletados longitudinalmente para este estudo, assim como conduzimos 5 experimentos de compreensão com crianças sem e com queixas de linguagem.

A análise dos dados longitudinais e as condições experimentais contrastadas partiram da distinção entre formas marcadas e não marcadas de 1ª e 3ª pessoas gramaticais (no caso nominativo). Baseamo-nos numa descrição do sistema pronominal do PB, que se caracteriza pelo empobrecimento do quadro de afixos flexionais de concordância no verbo, pelo estágio de transição em que se encontra, de língua *pro-drop* com sintaxe de sujeito, para língua *não pro-drop*, na qual a interpretabilidade do traço de *pessoa* reside caracteristicamente em Dmax, e com sintaxe de tópico, na qual o pronome fraco pode ser visto como duplicador do sujeito manifesto e o afixo verbal como duplicador do sujeito nulo, contendo traço interpretável de *pessoa*.

Diante das propriedades do sistema pronominal do PB, partimos da hipótese de que a identificação do *locus* da interpretabilidade do traço de *pessoa* em Dmax sujeito pode ser uma dificuldade para a criança na identificação do sistema da língua e de que o processamento da referência de 3ª pessoa constituiria particular dificuldade, tendo em vista não possuir dêixis intrínseca e realizar-se como forma não marcada no afixo verbal. A dissociação entre *pessoa do discurso* e *pessoa gramatical*, caracteristicamente pronunciada no PB, também foi apontada como possível fonte de dificuldade no processo de aquisição da língua, uma vez que a predominância da forma de tratamento *você* e da expressão *a gente*, ambas de 3ª pessoa gramatical, expressam a 2ª pessoa singular e 1ª pessoa do plural do discurso respectivamente, estabelecendo uma correspondência assimétrica.

Segundo a perspectiva teórica aqui assumida, que articula um tratamento psicolingüístico para a aquisição da linguagem com a teoria gerativista em sua versão minimalista, a tarefa da criança na aquisição de uma língua, entendida como

identificação do que se apresenta como traços formais na mesma e das propriedades que os caracterizam, tem início no processamento do material acústico da fala, com base no qual a percepção de padrões regulares correspondentes a elementos funcionais possibilita o desencadeamento de uma sistema computacional universal que dá início ao *parsing* de enunciados lingüísticos. Neste *parsing*, relações locais de concordância passam a ser pressupostas, o que facilita a detecção, por parte da criança, de variação e de formas recorrentes no âmbito de classes fechadas, particularmente Determinantes (na qual se inclui o pronome pessoal), e afixos (Corrêa, 2006^a, 2006b). Assim sendo, quando a criança começa a produzir enunciados na língua a que se encontra exposta, supõe-se que estes estejam minimamente estruturados em torno de categorias funcionais. A identificação da morfologia flexional da língua, na expressão de relações de concordância, intensificar-se-ia nos primeiros anos de vida, ainda que o modo de interpretar distinções expressas na morfologia da língua possa demandar distinções na interface semântica que se estendam por mais tempo no curso da aquisição da linguagem (Corrêa, 2006; Augusto, 2006).

Os objetivos específicos deste estudo foram:

- Descrever o processo de identificação de *pessoa*, como traço formal do PB, a partir da expressão morfológica de *pessoa* e da concordância sujeito-verbo em dados de fala espontânea;
- Examinar o valor atribuído à expressão da informação de *pessoa* proveniente de D(max), onde o traço é interpretável, comparando-o ao valor atribuído à expressão em T (como afixo verbal), onde o traço é não-interpretável e cuja morfologia decorre da concordância;
- Avaliar o comportamento das crianças DEL no que concerne ao valor dado à informação de *pessoa* em Dmax e no afixo verbal;
- Apresentar uma hipótese com vistas a explicar as dificuldades das crianças DEL no que concerne a *pessoa*.

O estudo longitudinal aqui conduzido revelou que, desde as primeiras sessões (18 meses), possíveis realizações da 1ª pessoa (nominativo) se apresentam – com forma

marcada e não marcada no afixo verbal, com sujeito manifesto ou nulo de 1ª e 3ª pessoas e que evidência de concordância sujeito-verbo tende a se estabilizar quando as crianças encontram-se na faixa de 22 –24 meses, época em que a referência pronominal de 3ª pessoa se estabelece e evidências de distinção de *pessoa* podem ser encontradas em complementos de verbos, de preposições assim como em formas possessivas. Os dados não justificam estágios de aquisição bem delimitados, mas predominância de formas nulas de 1ª e 3ª pessoa nos primeiros momentos com progressiva intensificação do uso do pronome de 1ª pessoa e do afixo verbal assim como de formas de 3ª pessoa do pronome, sugerindo um processo relativamente custoso de identificação da expressão morfológica de *pessoa* na língua, de representação da relação entre pessoa gramatical e pessoa do discurso, com a necessária dissociação entre estas, quando se pode dizer que *pessoa* se estabiliza como traço formal. A estabilização de *pessoa* como traço formal na produção não garante, contudo, que problemas no processamento de informação concernente a *pessoa* estejam ausentes no curso do desenvolvimento lingüístico. Os resultados do experimento 1, em que congruência de *pessoa*, no processamento da concordância sujeito-verbo foi manipulada, revelaram que a dêixis intrínseca da 1ª pessoa – identificada tanto no pronome *eu* quando no afixo verbal – determina a interpretação semântica do enunciado e a solução da referência. Daí, crianças de 3 anos apresentarem com enunciados como *Ele quero* (cf 6.1.3), na tarefa de identificação do sujeito referente à informação expressa em Dmax, um percentual menor de acertos dentre os alcançados na compreensão dos demais enunciados (*Eu quero, Eu quer, Ele quer*). Apenas aos 5 anos, crianças assumem que o determinante da concordância (ou o *locus* da interpretabilidade do traço de *pessoa*) encontra-se em Dmax e, com base nesse conhecimento, busca solucionar a incongruência entre *pessoa* do sujeito e do verbo. Viu-se que a adição de informação para-lingüística de caráter dêitico no Experimento 2 teve um caráter facilitador apenas no processamento da referência de 3ª pessoa, embora não elimine a dificuldade inerente a esta, que além de não dêitica, apresenta-se morfológicamente não marcada e admite diferentes interpretações semânticas em diferentes contextos discursivos, como foi observado em dados de produção oral de crianças e adultos aqui citados. Os experimentos 3 e 4 demonstraram que *pessoa* e número apresentam demandas diferenciadas para a criança. Enquanto que a forma *a gente* não deixa suficientemente clara a informação de *pessoa*, uma vez que estabelece uma assimetria entre pessoa do discurso e pessoa gramatical, a informação de número na forma *nós* não se mostra suficientemente acessível para as crianças de 3 anos quando

comparada com a forma *eles* (possivelmente dado o fato de o referente de *nós* envolver “alguém” (2ª ou 3ª pessoa) que se adiciona ao *eu*). O processamento de informação de *pessoa* e número exclusivamente com base no afixo verbal, no caso do pronome nulo, apresenta demandas que se mostram pouco acessíveis a crianças de 3 anos.

Os resultados obtidos com as duas crianças diagnosticadas como DEL aqui estudadas apresentaram resultados semelhantes aos obtidos com as crianças de 3 anos do grupo tomado como controle. As crianças DEL com idade superior a 5 anos (7 e 8 anos) apresentaram dificuldades no processamento da compreensão de informação relativa à 3ª pessoa e no processamento de informação relativa a *pessoa* associada a *número plural*, ou seja, apresentam dificuldades semelhantes às manifestas por crianças de 3 anos de idade. Constatamos também a heterogeneidade da população DEL que vem sendo apontada na literatura. As duas crianças com as quais realizamos os experimentos apresentaram graus de comprometimento diferentes. Em um dos casos (WES), verificamos que a dificuldade na compreensão da referência de 3ª pessoa é facilitada pelo uso de informação dêitica de caráter para-lingüístico, o que sugere dificuldade na interpretação da informação morfológica de *pessoa* no pronome. A dissociação entre *pessoa* gramatical e do discurso não constituiu particular dificuldade nesse caso, e essa criança mostrou-se capaz de identificar informação de *pessoa* exclusivamente no afixo verbal, quando de 1ª pessoa. Assim sendo, a dificuldade de WES parece ser específica do processamento da referência (não dêitica) com base em *pessoa*. No segundo caso, de FRA, o uso de informação para-lingüística não contribuiu para o processamento de informação de 3ª pessoa, ainda que a 1ª pessoa singular não apresente problema. O processamento de número (plural) vinculado a *pessoa* apresenta-se, sim, como a principal dificuldade desta criança, que também tem dificuldade para lidar com o sujeito nulo. Assim sendo, não é claro se FRA tem representado *pessoa* como traço formal. Surpreendentemente, contudo, FRA foi capaz de lidar com solução estratégica em teste de reconhecimento de imagem (Experimento 5), o que apontou para a necessidade do uso de testes mais sensíveis, como os dos experimentos 1-4, para a identificação do comprometimento de *pessoa* nos casos de DEL.

Consideramos que a representação de informação de interface como traço formal pode ser tomada como a principal dificuldade de crianças com déficit específico de linguagem, ainda que esta possa ser gradualmente superada. No caso do traço formal de *pessoa* no PB, dificuldades pertinentes ao processamento da referência revelam-se em tarefa de compreensão relativa à 3ª pessoa sem suporte não lingüístico, ainda que possa

haver evidências compatíveis com a representação de *pessoa* como traço formal, como sugerido pelos dados de WES.

Uma abordagem teórica que integre um modelo de língua, tal como o proposto no PM, com uma visão da aquisição da linguagem como processamento parece promissora para o estudo das manifestações do DEL. Ampliando-se esta pesquisa, seria interessante uma continuidade do estudo feito neste trabalho, analisando-se a produção lingüística das crianças DEL, para que pudéssemos verificar se o déficit também compromete a formulação de enunciados. Fica, aqui, então, pontuada a necessidade de se estabelecer uma continuidade dos estudos sobre o DEL, que, por sua vez, permeia um estudo de aquisição da linguagem e, conforme propomos, uma articulação entre teoria de língua e teorias de processamento.